

CASA GRANADO LABORATÓRIOS, FARMÁCIAS E DROGARIAS S/A

CNPJ/MF nº 33.109.356/0001-17

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Srs. Acionistas: Cumprindo determinação da Legislação vigente, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2021. Ficamos à disposição de V.Sas. para os esclarecimentos que se fizerem necessários – RJ, 31/12/2021. Christopher John Ogle Freeman – Diretor Presidente – CPF – 853.543.768-15. **CONTEXTO OPERACIONAL.** Fundada em 1870, a Casa Granado Laboratórios Farmácias e Drogarias S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede à Rua Barão de Tefé, nº 34 – Saúde, Rio de Janeiro, RJ. Em 31 de dezembro de 2021, a Granado conta, em nível nacional, com uma unidade fabril, além de escritórios administrativos. **Impactos relacionados à COVID-19:** A Administração da Companhia vem acompanhando os desdobramentos relacionados a pandemia da COVID-19, observando com a devida atenção as orientações das autoridades brasileiras e internacionais e vem adotando diversas medidas

para preservação da saúde de seus colaboradores, fornecedores e parceiros. A unidade fabril se manteve aberta, por ser considerada atividade essencial, mas foram adotadas todas as medidas de proteção no complexo industrial, medição de temperatura, utilização de máscaras, higienização do ambiente, fretamento de ônibus para o transporte dos funcionários, dentre outras medidas que visam a integridade de nossos colaboradores. Tendo em vista o atual cenário de incertezas e a imprevisibilidade de retomada total, a Companhia adotou forte conservadorismo na alocação de capital, para preservar sua liquidez no curto prazo. A Companhia implantou os mecanismos previstos na Medida Provisória nº 1045/2021, com redução de jornada de trabalho para os colaboradores do escritório até 25 de agosto de 2021 e para os colaboradores das lojas nos meses que os municípios adotaram horário reduzido de funcionamento. **BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as

práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A moeda funcional do Grupo é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores informados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram autorizadas pela Administração em 25 de fevereiro de 2022.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/21 e 2020 (EM REAIS MIL)

	2021	2020
ATIVO	467.802	435.835
CIRCULANTE	100.278	105.232
Disponibilidade	1.866	2.033
Clientes	4.288	18.568
Estoques	50.135	49.033
Impostos a Recuperar	22.379	11.410
Despesa antecipada	1.371	1.145
Adiant. fornecedores	14.858	12.537
Outros	249	5.463
Partes Relacionadas	5.132	5.043
NÃO CIRCULANTE	367.524	330.604
Depósitos Judiciais	1.479	1.522
Impostos a Recuperar	5.924	2.396
Tributos diferidos	1.449	2.422
Propriedade para Investimentos	193	193
Investimento	0	7.423
Arrendamento / Leasing	6.527	7.064
Imobilizado	240.719	251.246
Obras em andamento	98.070	46.921
Intangível	13.164	11.416
PASSIVO	467.802	435.835
CIRCULANTE	70.373	65.636
Empréstimos e financiamentos	2.402	3.155
Fornecedores	56.783	52.121
Obrigações trabalhistas	7.472	7.095
Obrigações tributárias	2.696	2.187
Outros	1.021	1.078
NÃO CIRCULANTE	62.639	86.381
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Empréstimos e financiamentos	2.118	4.516
Provisão de Contingências	450	1.494
Partes Relacionadas	34.826	50.160
IRPJ/CSLL Diferidos	4.393	4.393
Tributos parcelados	6.668	11.925
Obrigações tributárias diferidas	5.621	7.239
Outros	8.563	6.654
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	334.790	283.818
Capital Social	165.098	164.598
Capital Social a Integralizar	185.368	137.500
Reservas de Capital	312	312
Ajuste de avaliação patrimonial	4.959	4.959
Reservas de Lucro	(23.551)	(27.907)
Lucro (Prejuízo) Exercício	2.604	4.356

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO (EM REAIS MIL)

	2021	2020
(+) Faturamento	503.420	342.408
(+) Serviços	-	-
(-) IPI	(20.592)	(13.654)
(-) Receita Bruta de Vendas	482.828	328.754
(-) Outros Impostos incidentes s/Vendas	(34.577)	(28.746)
(-) Outras deduções	(5.349)	(2.371)
(-) Receita Líquida das Vendas	442.902	297.637
(-) Custos das Vendas	(405.670)	(274.284)
(-) Lucro Bruto das Vendas	37.232	23.353
DESPESAS OPERACIONAIS		
(-) Despesas Adm. e Comerciais	(25.223)	(23.510)
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	(11.343)	(6.653)
(+) Outras Receitas	6.494	11.167
(-) Lucro Operacional	7.159	4.356
(-) Lucro antes do imposto de renda e da Contrib. Social	7.159	4.356
(-) Imposto de renda e Contr. Social - correntes	(3.581)	0
(-) Imposto de renda e Contr. Social - diferido	(974)	0
(-) Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	2.604	4.356
Lucro (Prejuízo) por acao do Capital	0,01	0,02

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (EM REAIS MIL)

	Capital social	Re-serva legal	Reser-va Ca-pital	Ajuste de avaliação (prejuízos) patri-monial	Lucros acumu-lados	Total
Saldos em 31/12/2019	164.598	312	127.168	12.630	(27.907)	276.801
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Integralização capital	-	-	-	-	-	-
Reserva de Capital	-	-	10.332	-	-	10.332
Ajuste de Avaliação	-	-	-	-	-	-
Patrimonial	-	-	-	(7.671)	-	(7.671)
JSCP a Pagar	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	4.356	4.356
Saldos em 31/12/2020	164.598	312	137.500	4.959	(23.551)	283.817
Aumento de capital	500	-	-	-	-	500
Integralização capital	-	-	-	-	-	-
Reserva de Capital	-	-	47.868	-	-	47.868
Ajuste de Avaliação	-	-	-	-	-	-
Patrimonial	-	-	-	-	-	-
JSCP a Pagar	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.604	2.604
Saldos em 31/12/2021	165.098	312	185.368	4.959	(20.947)	334.790

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31/12/2021

Resumo das Principais Políticas Contábeis

Caixa e equivalente de caixa – Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. **Contas a Receber** – As contas de clientes estão apresentadas pelo valor de realização. A provisão para risco de crédito é efetuada em montante suficiente para a cobertura de perdas prováveis na realização de créditos a receber, considerando os riscos envolvidos. **Estoques** – Os estoques de produtos acabados, produtos em elaboração, matérias-primas e material de embalagem estão demonstrados deduzido de provisões para ajustá-las aos prováveis valores de realização, quando aplicável. **Ativos Arrendados** – O valor inicialmente reconhecido como ativo é o menor entre o valor justo da propriedade arrendada e o valor presente dos pagamentos mínimos do leasing ao longo prazo do arrendamento. O compromisso de leasing correspondente é apresentado como passivo. **Ativo Imobilizado** – É registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com reparos e manutenção são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho e perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Os itens do imobilizado são inicialmente reconhecidos ao custo. Da mesma forma que o preço de compra, o custo inclui os custos diretamente atribuíveis e o valor presente estimado dos custos futuros inevitáveis de desmontagem e remoção de itens. O passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido dentro de provisões. Terrenos não são depreciados. A depreciação é apurada para todos os outros itens do imobilizado e serve para amortizar o valor contábil dos itens ao longo de suas vidas úteis econômicas esperadas. São aplicadas as seguintes taxas ao ano pelo método linear:

Prédios e benfeitorias	4%
Móveis e utensílios	10%
Instalações	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Computadores e periféricos	20%
Veículos	20%
Benfeitorias e imóveis de terceiros	Tempo de contrato

Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram registrados com base em laudo de empresa especializada deduzido de depreciação e eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perdas ajustando o valor contábil ao valor recuperável. **Intangível** – Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: softwares, marcas e patentes. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de custo ou despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Empréstimos e Financiamentos – São inicialmente reconhecidos a valor justo, acrescido do custo da transação diretamente relacionado. São mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização. **Tributos** – Tributos sobre vendas – As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: Programa de Integração Social - PIS 1,65% - 2,20% Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS 7,60% - 10,30% Imposto sobre Serviços - ISS 5% Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS 19% **Imposto de renda e contribuição social - corrente** – O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, no encerramento dos exercícios. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social ("CSLL"). O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência; portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. **Imposto diferido** – Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos em relação aos créditos e perdas tributárias e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil. **Arrendamentos** – A Granado avalia, na data de início do contrato, se o mesmo é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **Ativos de direito de uso** – A Granado reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. **Passivos de arrendamento** – Na data de início do arrendamento, a Granado reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (EM REAIS MIL)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2.604	4.356
Lucro líquido do exercício	2.604	4.356
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais	-	-
Depreciação e amortização	20.189	14.291
Equivalência Patrimonial	(9.816)	(8.570)
Ajuste de avaliação patrimonial	7.423	4.439
Aumento (diminuição) tributos diferidos	(644)	109
	19.756	14.625
Fluxo de caixa das atividades operacionais	14.280	(15.844)
Aumento (diminuição) no contas a receber	(1.103)	(22.373)
Aumento em impostos a recuperar	(14.497)	250
Aumento em depósitos judiciais	44	(20)
Diminuição (aumento) em outros ativos	12.482	(5.483)
Aumento em fornecedores	4.662	34.211
Aumento em obrigações trabalhistas	377	(3.922)
Aumento em obrigações tributárias	509	(1.804)
Aumento em provisão para contingências	(1.044)	-
Aumento (diminuição) em outros passivos	1.855	(7.439)
Caixa utilizado nas atividades operacionais	37.321	(7.800)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(60.274)	(25.181)
Aquisição de imobilizado	48.368	10.332
Aporte de capital	(1.749)	(36)
Adição de intangível	-	21
Baixa de intangível	-	-
Caixa consumido nas atividades de investimento	(13.655)	(14.864)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(3.153)	(5.058)
Pagamento de principal sobre empréstimos	(5.257)	(6.690)
Aumento dos parcelamentos de tributos	(15.423)	35.627
Transações com partes relacionadas	(23.833)	23.879
Caixa gerado nas atividades de financiamento	(167)	1.215
Aumento (diminuição) líquido do caixa e caixa equivalentes	1.866	2.033
Caixa e equivalentes no final do exercício	2.033	818
Caixa e equivalente no início do exercício	(167)	1.215

taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor** – A Granado aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento nos contratos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas** – São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contigência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos externos. **Subvenções Governamentais** – São reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições foram satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido com receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujos benefícios objetivam compensar. **Reconhecimento de Receitas** – A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados. A receita é reconhecida apenas quando da efetiva venda de produtos, são apresentadas nos resultados do exercício pelo seu valor bruto, incluem os impostos incidentes sobre a mesma, os quais são apresentados como dedução de receitas. **Reconhecimento de Despesas** – As despesas são reconhecidas pelo Regime de competência. **Instrumentos financeiros** – Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Casa Granado se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos. **Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021** – As normas apresentadas a seguir foram revidadas e passaram a ser aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021 e, portanto, estão sendo adotadas nestas demonstrações financeiras individuais e consolidada. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados. a) Alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06. Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciadas (IBOR). Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras. A Granado pretende adotar as mudanças para períodos futuros, caso se tornem aplicáveis. **Normas emitidas, mas ainda não vigentes** – As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. A Granado pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **CPC 50 - Contratos de seguro:** uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Essa norma não se aplica para Granado. **CPC 23: Definição de estimativas contábeis:** as alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. A Granado avaliará o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. **IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** as alterações esclarecem: (i) o que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras. **CPC 26 (R1) e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis:** As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. A Granado está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

Christopher John Ogle Freeman - Diretor Presidente - CPF - 853.543.768-15
Antonia Sonia Mineiro Lopes - Contadora - CRC/RJ 75200/01 - CPF 788.154.797-91

